

## APRESENTAÇÃO

Com grande satisfação apresentamos à comunidade acadêmica o número 42, volume 20, da Revista Jurídica do Curso de Direito da Universidade Regional de Blumenau.

Os desafios atualmente colocados para o Direito Público em diferentes âmbitos da proteção de direitos e da organização e funções do Estado é o eixo articulador desta edição, que conta com contribuições de colegas pesquisadores e professores brasileiros, de diferentes unidades da federação, e estrangeiros, apresentando o resultado de estudos e pesquisas desenvolvidas no Brasil, na Itália e em Portugal.

Abrindo esta edição o artigo “*Direito e Desenvolvimento: Fundamentos Teóricos e Históricos*” dos Professores da Academia Brasileira de Direito Constitucional, Ilton Norberto Robl Filho, Luis Henrique Braga Madalena e Milena Petters Melo, aborda um tema que passou a protagonizar o debate político e o interesse das ciências sociais a partir da segunda metade do século passado, o desenvolvimento, e propõe uma análise de suas interações com o Direito através de uma apresentação sistemática de três momentos centrais no estudo do campo Direito e Desenvolvimento. Tratando das teorizações desenvolvimentistas, da teoria da dependência e do pensamento neoclássico, das construções institucionalistas e das análises culturais e dos impactos da geografia nos condicionamentos do desenvolvimento, o artigo oferece oportunos estímulos para a reflexão sobre o tema, que cresce em relevância diante dos hodiernos desafios postos para a sustentabilidade socioambiental.

“*O déficit ecológico do Planeta como problema de política constitucional*” é o foco do artigo do Prof. Michele Carducci, da Universidade do Salento, Itália. Em efeito, esse “déficit” identifica uma situação de emergência sem precedentes na história da humanidade. Consequentemente, como bem observa o Presidente do Centro Didático Euro-Americano sobre Políticas Constitucionais, a questão não pode ser tratada com ferramentas e procedimentos tradicionais, métodos que acabam por contribuir como causas do “déficit ecológico” e, portanto, não podem fornecer soluções satisfatórias. Assim, a análise segue no sentido de propor experimentar novas construções teóricas e práticas de convivência humana, voltadas a garantir a sobrevivência do ecossistema, uma experimentação que representa uma “política constitucional” para o presente e futuro da humanidade.

Seguindo com uma abordagem que também parte da análise de questões relacionadas com a sustentabilidade socioambiental e as provocações que impõem para o Direito Público, o artigo “*Os direitos humano-fundamentais e a proteção ambiental: risco, consumo e racionalidade ambiental*”, de Leonel Severo Rocha, Professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS e Carlos Alexandre Michaello Marques, Professor da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, tem como finalidade a discussão do ambiente enquanto direito fundamental de terceira dimensão. Para tanto, o artigo analisa o sistema constitucional de direitos fundamentais e fenômenos da modernidade como risco e consumo, e sua repercussão no tocante à uma leitura plural e interdisciplinar do Direito, com vistas a aprofundar a temática da racionalidade ambiental na sociedade e Estado contemporâneos.

“*O mito da separação de poderes e a necessidade real da legislação delegada*”, de José Levi Mello do Amaral Júnior, Professor da Universidade de São Paulo – USP, explora a presença de elementos ideológicos no princípio da separação de poderes e sua conexão com a construção da democracia moderna, resgatando aspectos históricos da formação das constituições e seu caráter liberal. Apresenta instrumentos do compartilhamento da função legislativa entre os poderes Executivo e Legislativo utilizados em diferentes países, buscando dessacralizar o mito da separação de poderes. A partir do exemplo prático da existência da legislação delegada via medida provisória no Brasil, antes e depois da Emenda Constitucional nº 32, busca demonstrar a importância da cooperação entre os poderes e combater a ideia de usurpação de competências legislativas pelo Presidente de República.

Kleive Fernando Ferreira Rossi e Antonio Zeferino da Silva Junior, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, propõem uma análise sobre “*O controle da Administração Pública em face dos cargos comissionados*”. Como observam os autores, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 foram consagrados princípios e regras norteadores da atuação da Administração Pública, com escopo de assegurar a máxima efetivação do interesse público. A Constituição também previu meios destinados à apuração dessa efetividade e ao respectivo controle sobre o exercício da função pública, o que justifica examinar a maneira como ocorre a investidura dos agentes públicos incumbidos dessa função. Ante a relevância dessa matéria, o artigo tem o propósito de apresentar a atividade de controle sobre a Administração Pública brasileira em face dos cargos públicos comissionados, tendo em vista os possíveis prejuízos que a má utilização desse instituto pode causar ao interesse público.

O artigo “A doação de alimentos perecíveis apreendidos durante processo eleitoral: critérios para enfrentar a antinomia entre a salvaguarda da igualdade no processo eleitoral e o dever de o Estado prover de forma eficiente bens públicos”, de Fábio Lima Quintas e Wagner Akitomi Une, do Instituto Brasileiro de Direito Público – IDP, busca examinar a questão da doação de alimentos perecíveis apreendidos por órgãos públicos de fiscalização, partindo do entendimento restritivo do Tribunal Superior Eleitoral para propor critérios de flexibilização desse entendimento, considerando a tensão entre o dever de o Estado garantir a igualdade no processo eleitoral (e o livre exercício dos direitos políticos) e o de prover bens públicos necessários aos cidadãos, como decorrência da eficácia dos direitos sociais.

Em “*Os desafios éticos trazidos pela nanotecnologia: uma análise jurídico-social*”, Fernanda Antonioli Cardozo e Patricia Borba Marchetto, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), oferecem interessantes estímulos de reflexão sobre a corrida técnico-científica na contemporaneidade e suas repercussões, tanto no que tange os inúmeros benefícios à sociedade, quanto aos riscos que comporta e às implicações que gera nas searas jurídica, ética e moral. E visto que a nanotecnologia surge contextualizada no cenário mundial de expansão da medicina, da manipulação de alimentos, das incontáveis descobertas da indústria farmacêutica, da quebra do átomo, o artigo se insere no contexto paradoxal e ambivalente da tênue linha que separa a benéfica evolução científica da incerteza dos efeitos futuros, da prolongada qualidade de vida, da necessária tutela ético-jurídica.

Fechando esta edição, o artigo “*Os traços gerais do direito do jogo no sistema jurídico português*”, de autoria de Daniel Tavares da Silva, Professor da Universidade Lusíada, Abel Laureano, Professor da Universidade do Porto, e Altina Rento, Inspetora Superior Principal da Administração Pública, analisa o tratamento dado pelo direito português à atividade de jogo “de fortuna ou azar” que ganhou foros de legalidade, em Portugal, em 1927, passando a ser fortemente regulado pelo Estado. O artigo aborda as especificidades de tal tratamento, mais apertado no tocante à exploração e prática do jogo, que se justifica pela natureza de interesse e ordem pública das normas aplicáveis, tanto à execução dos contratos de concessão como ao funcionamento dos casinos e ainda ao pessoal que nos mesmos labora. Trata da questão da caracterização do Direito do Jogo, em ordem a apurar da sua natureza privada ou pública, bem como da sua consideração como ramo autônomo do Direito ou como um conjunto de normas enquadradas num determinado ramo do Direito.

Agradecendo a preciosa contribuição dos autores que colaboraram para esta edição,  
desejamos a todos uma ótima leitura!

Os Editores

**Prof. Dra. Milena Petters Melo**

Coordenadora

e

**Prof. MSc. Alejandro Knaesel Arrabal**